

MOÇÃO DE REPÚDIO

MOÇÃO DE REPÚDIO CONTRA MANIFESTAÇÃO DO DEPUTADO LUCAS POLESE NAS REDES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA DE PREP E PEP NO SUS.

O Conselho Estadual de Saúde - CES/ES, no uso de suas atribuições capituladas na Lei Federal Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, Lei Estadual Nº 7.964 com as modificações estabelecidas pela Lei Estadual 10.598 de 08 de dezembro de 2016, e em consonância com às deliberações do Pleno do Conselho Estadual de Saúde/ES, em sua 256ª Reunião Ordinária, reunida no dia 29 de setembro de 2024.

O Conselho Estadual de Saúde, representado pela Comissão Intersetorial de Direitos Humanos, **REPUDIA** veementemente as declarações do deputado estadual Lucas Polese, publicadas em sua rede social no Instagram, onde faz campanha negativa contra o SUS e afirma “como o seu imposto está sendo bem empregado”, ao explicar sobre a política nacional que definiu a Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e a Pós-Exposição (PEP), sugerindo que as pessoas com HIV/Aids são uma “despesa” à sociedade.

A postagem feita em 13/08/2024, traz na legenda: “VIVA O SUS... Será mesmo? Até a SAÚDE PÚBLICA foi sequestrada pela militância progressista, e o que é prioridade para o governo se tornou algo bem diferente do que é prioridade para você. Compartilhe”. É um absurdo e total falta de conhecimento das políticas públicas de saúde.

O Brasil é reconhecido internacionalmente pela política de acesso universal ao tratamento gratuito de HIV/aids na rede pública de saúde. Essa política que completou mais de 27 anos, ampliou significativamente o número de pessoas que recebem o tratamento com antirretrovirais financiados pelo governo. A resposta brasileira à

epidemia de Aids é uma política de Estado, ancorada nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e na garantia dos direitos humanos, com reconhecimento internacional.

O uso de antirretrovirais na Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e Pós-Exposição (PEP) demonstra como a tecnologia médica pode prevenir novas infecções pelo HIV. A PrEP é um método preventivo diário para pessoas não infectadas, enquanto a PEP é uma medida de urgência para indivíduos expostos ao vírus, devendo ser iniciada em até 72 horas após a exposição. Essas medidas não se resumem à promiscuidade, como sugere o deputado, mas são políticas de prevenção para toda a população brasileira.

Além do HIV, a PEP também previne infecções como hepatite B e outras ISTs, sendo utilizada após situações de risco como violência sexual, relações desprotegidas e acidentes ocupacionais (por exemplo, profissionais de saúde que sofreram acidentes com agulhas). A PEP faz parte da Prevenção Combinada, que visa ampliar as formas de intervenção para atender às necessidades individuais e prevenir novas infecções.

Outra política pública de saúde brasileira, a de medicamentos genéricos foi fortalecida pela quebra de patentes de medicamentos de HIV, como o ARV e Efavirenz, garantindo acesso aos tratamentos e fortalecendo a produção nacional de medicamentos. Isso fez o Brasil reduzir a dependência externa e beneficiou toda a sociedade brasileira. Demonstra, portanto, a importância na definição de políticas públicas sérias e voltadas a toda coletividade.

Apesar dos avanços do SUS, as políticas de Estado enfrentam retrocessos significativos nos últimos anos, com desmonte de políticas públicas, restrições financeiras e aumento da influência de grupos conservadores, dificultando o diálogo sobre direitos sexuais, como o que acontece agora.

Adicionalmente, o CES questiona a atuação do deputado estadual Lucas Polese, que no vídeo afirma estar recorrendo ao judiciário para pleitos de terceiros, alegando inércia ou negligência do Estado no fornecimento de medicamentos e tratamentos. O papel dos membros do legislativo é legislar, propor, debater, emendar, alterar e votar leis para seu estado, representando os interesses da população, desde que não conflitem com leis municipais e federais, além de fiscalizar o trabalho do governador. Verifica-se, portanto, que ele desconhece a constituição federal e estadual, bem como as leis

federais da saúde que organizam o Sistema Único de Saúde, cuja responsabilidade das políticas nacionais, como a definição das regras e aporte de recursos financeiros para as IST's, compete ao nível federal.

Assim, repudiamos a abordagem desrespeitosa, superficial e preconceituosa do deputado estadual Lucas Polese. Suas declarações ofendem e estigmatizam quase um milhão e meio de brasileiros (homens, mulheres, crianças, idosos, gestantes, portadores de patologias, dentre outros) que vivem com HIV/Aids, além de seus familiares e amigos. Isto sem mencionar pessoas vítimas de violência que dependem de políticas públicas para proteger sua saúde após estar expostas.

Não podemos tolerar que, após décadas de conquistas e luta contra a discriminação, discursos preconceituosos perpetuem estigmas e exclusão social.

A saúde é um direito de todos e um dever do Estado. As pessoas que vivem com HIV/Aids exigem respeito!

Vitória, 30 de agosto de 2024

MÁRCIO FLÁVIO SOARES ROMANHA

Presidente do Conselho Estadual de Saúde/ES